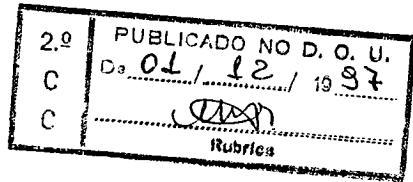




MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE



Processo : 13708.000217/89-45  
Acórdão : 203-03.337

Sessão : 27 de agosto de 1997  
Recurso : 90.971  
Recorrente : MECANO PACK INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.  
Recorrida : DRF no Rio de Janeiro - RJ

**IPI - A classificação fiscal dos lenços perfumados em sachet é 33.06.03.00 (TIPI aprovada pelo Decreto nº 89.241/83). Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: MECANO PACK INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Mauro Wasilewski. Ausente, justificadamente, o Conselheiro F. Maurício R. de Albuquerque Silva.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Ricardo Leite Rodrigues  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Renato Scalco Isquierdo e Sebastião Borges Taquary.

eaal/



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13708.000217/89-45

Acórdão : 203-03.337

Recurso : 90.971

Recorrente : MECANO PACK INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.

## RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado, pela segunda vez, por esta Câmara, em Sessão de 30 de agosto de 1991, ocasião em que, por unanimidade de votos, novamente, foi o julgamento do recurso voluntário convertido em diligência à repartição de origem, a fim de que fosse solicitado ao Departamento Técnico Normativo da Secretaria de Vigilância Sanitária, as Informações de fls. 239.

A solicitação feita pela repartição de origem através do Ofício nº 013/96 foi prontamente atendida pelo órgão acima citado, encontrando-se o Documento às fls. 243.

Para que os Membros desta Câmara tenham um melhor entendimento da lide ora em julgamento, farei uma síntese dos relatórios anteriores e lerei em sessão o documento exarado pela Secretaria de Vigilância Sanitária.

 É o relatório.



**Processo :** 13708.000217/89-45  
**Acórdão :** 203-03.337

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

Por duas vezes este processo foi baixado em diligência por nós para que todas as dúvidas existentes fossem sanadas e tivéssemos a condição de julgar da melhor maneira a presente lide.

O cerne da questão gira em torno da classificação fiscal do produto denominado "sachet em papel com lenço desodorizante impresso" anexado aos autos às fls. 09, que segundo a fiscalização deveria ser classificado na posição 33.06.03.00 (produto de perfumaria - Decreto nº 89.241/83 em vigor de 01.01.84 a 31.12.88) e não na pretendida pela recorrente, posição 33.06.14.99 (desodorantes - mesmo diploma legal acima citado ).

O único argumento usada pela recorrente é de que na fórmula do produto existia um componente bactericida "Irgasan DP 300" o qual tem ação antibacteriana, germicida, antimicrobiana e fungicida, logo não há que se falar em produto de perfumaria e sim que seu produto visava essencialmente a assepsia.

Para embasar sua tese cita o Acórdão nº 201-66.571 prolatado por este Conselho, anexa um laudo emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Portaria nº 71, de 23/05/91, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, onde o produto "lenço de papel umedecido" da empresa Mappel SP Embalagens Ltda. é tido como desodorante corporal.

O acórdão acima citado defende a tese de que restou provado nos autos que o produto objeto da lide tem em sua formulação um produto bactericida e aliando-se a isto o registro deste produto no DICOP do Ministério da Saúde, o mesmo deverá ser tratado como desodorante.

No caso ora em julgamento, entendo que nenhuma das hipóteses acima expostas ocorreram.

Com relação ao registro do produto no DICOP, o registro apresentado, quando da impugnação, para o produto é de 1991 quando deveria ser anterior a 1989. Porém quando da primeira diligência, solicitamos da recorrente que anexasse ao processo Certificado de Registro do produto em questão, na Divisão de Produtos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária e formulação do mesmo.

A documentação trazida aos autos tratava-se de um certificado e de laudo técnico que não continham data que para nós era fundamental para solução da lide.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13708.000217/89-45

Acórdão : 203-03.337

Mais uma vez baixamos em diligência o processo à repartição de origem para que a mesma solicitasse da Divisão de Produtos do Departamento Técnico Normativo da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitárias, informações sobre o processo nº 25000.005727/85, pois este era o número que constava no documento anexado pela recorrente, fls. 230.

Às fls. 243, temos o ofício nº 278/96 exarado pelo órgão acima citado dando conta que o processo nº 25000,005727/85 pertence a empresa Indústria Cosmética Coper Ltda. e refere-se ao produto Desodorante Aerosol Pluie.

Todos os esforços foram feitos para que a recorrente comprovasse que seu produto já era cadastrado na SNVS, à época da lavratura do auto de infração, como desodorante, bem como na formulação do dito produto continha algum bactericida, entretanto nada foi provado.

Logo, à mingua de provas, conheço do recurso para no mérito negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1997

  
RICARDO LEITE RODRIGUES